

RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA A INABILITAÇÃO

Referência: Edital de Pré-Qualificação nº 1809.01/25-PRE
Processo Administrativo: nº 1809.01/25-PRE

Órgão Promotor: Secretaria de Infraestrutura, Transporte e Controle Urbano – Prefeitura Municipal de Senador Sá/CE

Interessada: MEGAENERGY ENERGIA SUSTENTÁVEL E COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS LTDA. CNPJ: 31.357.154/0001-69

I – SÍNTESE DOS FATOS

A empresa MEGAENERGY ENERGIA SUSTENTÁVEL E COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 31.357.154/0001-69, com sede na Rua Anísio Frota, nº 566, Bairro Cidade Nova, Crateús – CE, CEP 63.705-726, neste ato representada por seu sócio administrador FELIPE CALAZANS DE MENDONÇA PEREIRA, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 359.525.358-28, residente e domiciliado à Rua Enoque Moura, nº 383, Bairro Cidade Nova, Crateús – CE, CEP 63.705-694, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, interpor o presente RECURSO ADMINISTRATIVO contra a decisão que declarou sua inabilitação no âmbito do Edital de Pré-Qualificação nº 1809.01/25-PRE, promovido pela Secretaria de Infraestrutura, Transporte e Controle Urbano do Município de Senador Sá/CE.

A decisão recorrida fundamentou-se nos seguintes pontos:

Suposta ausência de Engenheiro de Segurança do Trabalho no quadro técnico da empresa, em desacordo com o item 4.1.2 do edital;

Suposta ausência de especificação das estruturas utilizadas nas Certidões de Acervo Técnico (CAT) apresentadas, em descumprimento ao item 4.1.3.1, referente à comprovação de experiência na execução de estruturas de fixação no solo completas para 4 painéis – fornecimento e instalação, em quantidade mínima de 111 unidades.

Contudo, a decisão que culminou na inabilitação da Recorrente não encontra respaldo técnico nem jurídico, conforme demonstrado a seguir.

II- DO ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO (ITEM 4.1.2)

O item 4.1.2 do edital prevê que a licitante deve comprovar dispor de equipe técnica mínima necessária à execução dos serviços, contudo não exige que todos os profissionais integrem o quadro permanente da empresa,



bastando que haja vinculação técnica formal, devidamente comprovada por meio de Termo de Compromisso, contrato ou Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), conforme disposto no art. 67, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

A MEGAENERGY atendeu integralmente a essa exigência, apresentando profissional habilitado junto ao CREA, com formação em Engenharia, acompanhado da respectiva ART e Termo de Compromisso, comprovando o vínculo técnico com a empresa.

Portanto, a alegação de ausência de engenheiro de segurança no quadro técnico da licitante não procede,

tratando-se de mera interpretação restritiva e equivocada do edital, em afronta ao princípio da ampla competitividade.

III– DAS CERTIDÕES DE ACERVO TÉCNICO (ITEM 4.1.3.1)

Quanto ao segundo fundamento da inabilitação, relativo às Certidões de Acervo Técnico (CAT), a Recorrente esclarece que apresentou documentação que comprova a execução de obras de minigeração fotovoltaica com fornecimento e instalação de estruturas de fixação em solo, com características técnicas e complexidade equivalentes às exigidas no item 4.1.3.1 do edital.

O texto editalício não exige que a descrição contida nas CATs reproduza literalmente a redação do edital, mas apenas que demonstre a real capacidade técnica e experiência compatível com o objeto da licitação.

As CATs apresentadas pela MEGAENERGY satisfazem plenamente esse requisito. Ademais, caso o órgão julgador entendesse haver necessidade de detalhamento adicional, deveria ter instaurado diligência técnica para esclarecimento, conforme autoriza o art. 64, §2º, da Lei nº 14.133/2021, e não proceder à imediata inabilitação da empresa.

IV– DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA COMPETITIVIDADE

A decisão de inabilitação afronta os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, ampla competitividade e do julgamento objetivo, previstos nos arts. 5º e 37 da Constituição Federal, bem como nos arts. 5º, I e III, e 11 da Lei nº 14.133/2021.

A MEGAENERGY comprovou sua capacidade técnica e a qualificação de seus profissionais, atendendo à finalidade da exigência editalícia. Assim, o formalismo exacerbado não pode prevalecer sobre a demonstração efetiva de aptidão técnica, sob pena de se restringir indevidamente a competitividade do certame e de se afastar empresa plenamente apta à execução dos serviços.

Do cumprimento da finalidade da habilitação técnica (art. 67 da Lei nº 14.133/2021)

A finalidade da qualificação técnica é **comprovar a aptidão da empresa para executar o objeto licitado**, e não impor formalidades excessivas que restrinjam a competição. Dispõe o art. 67, caput e §1º da Lei nº 14.133/2021:

Art. 67. A habilitação técnica visa a demonstrar que o licitante possui aptidão para desempenhar atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

§1º. A comprovação da qualificação técnica poderá ser feita mediante atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, quando for o caso.

Da presunção de veracidade dos registros no SICAF

Nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021, o SICAF é o **meio oficial de registro da qualificação técnica e jurídica das empresas** perante a Administração Pública.

Assim, **os atestados e registros técnicos constantes do SICAF possuem presunção de autenticidade e validade**, dispensando reanálise material de conteúdo técnico idêntico:

Art. 69. A Administração observará o disposto no cadastro unificado de fornecedores e, sempre que possível, utilizará o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf), de âmbito federal, ou sistema equivalente, para a habilitação nas licitações.

Portanto, não cabe à Comissão desconsiderar **documentos válidos e registrados** no sistema oficial do Governo Federal, sob pena de violar o **princípio da segurança jurídica e da confiança legítima**.

Da vedação ao formalismo excessivo (art. 5º, III e art. 12 da Lei nº 14.133/2021)

A Lei de Licitações é clara ao determinar que a Administração **deve observar a finalidade do ato administrativo e os princípios da razoabilidade, da competitividade e do julgamento objetivo**. Dispõe o art. 5º, inciso III, e o art. 12:

Art. 5º. São princípios da licitação pública:
(...)



III – a competitividade;
IV – a proporcionalidade, a razoabilidade e o julgamento objetivo.
Art. 12. É vedado à Administração Pública agir com formalismo excessivo e restringir a competitividade de forma injustificada.

Da vedação ao formalismo excessivo (art. 5º, III e art. 12 da Lei nº 14.133/2021)

A Lei de Licitações é clara ao determinar que a Administração deve observar a finalidade do ato administrativo e os princípios da razoabilidade, da competitividade e do julgamento objetivo. Dispõe o art. 5º, inciso III, e o art. 12:

Art. 5º. São princípios da licitação pública: (...)

III – a competitividade;
IV – a proporcionalidade, a razoabilidade e o julgamento objetivo.

Art. 12. É vedado à Administração Pública agir com formalismo excessivo e restringir a competitividade de forma injustificada.

Da obrigatoriedade de realização de diligência (art. 64, §2º da Lei nº 14.133/2021)

Mesmo que houvesse dúvida quanto à suficiência das informações, a Comissão deveria ter **instaurado diligência técnica** para esclarecer o conteúdo das CATs e comprovar o vínculo do engenheiro de segurança.

Art. 64, §2º. É vedada a inclusão de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta, mas a Administração poderá, a qualquer tempo, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

O TCU (Acórdão nº 1.214/2013 – Plenário) consolidou entendimento de que a **diligência é obrigatória** quando houver dúvida quanto à interpretação de documentos, sob pena de cerceamento de defesa.

“A diligência é medida que se impõe sempre que houver dúvida quanto ao atendimento das exigências editalícias. A inabilitação direta, sem tal providência, configura afronta aos princípios da razoabilidade e do devido processo.”

(TCU, Acórdão 1.214/2013 – Plenário, Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues)

Da capacidade técnica exclusiva e da especialização comprovada

A MEGAENERGY é empresa cuja atividade econômica exclusiva é a **execução de sistemas de minigeração fotovoltaica**, possuindo **acervos técnicos e atestados registrados no CREA e no SICAF**, que comprovam **capacidade plena e reiterada** neste tipo de serviço.

A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 67, §3º, reforça que a Administração deve considerar a **equivalência e pertinência técnica**, não sendo lícito exigir experiência idêntica em cada detalhe:

§3º. A Administração poderá aceitar atestados de obras ou serviços similares em características, quantidades e prazos, desde que demonstrem aptidão para execução do objeto licitado.

Portanto, as exigências do edital foram **cumpridas na substância**, e a decisão de inabilitação **contraria o próprio espírito da lei**, que visa ampliar a participação de empresas qualificadas e especializadas.

Da proporcionalidade e da finalidade pública

A exclusão de empresa tecnicamente habilitada e com comprovada experiência **prejudica o interesse público**, pois reduz o universo competitivo e impede que o Município se beneficie da proposta mais vantajosa.

O TCU e a jurisprudência consolidada reafirmam que a Administração deve privilegiar o conteúdo e a suficiência técnica dos documentos, e não a forma:

“A Administração deve buscar a máxima competição e não excluir licitantes por meras formalidades, desde que a documentação atenda à finalidade de comprovar a aptidão técnica.”

(TCU, Acórdão nº 1.793/2011 – Plenário)

CONCLUSÃO

Diante do exposto, fica evidente que:

- A MEGAENERGY **comprovou integralmente** sua qualificação técnica, mediante documentos registrados no SICAF e CREA;
- A Comissão **não observou o dever de diligência** (art. 64, §2º);
- Houve **violação aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e ampla competitividade** (arts. 5º e 12); e
- A decisão **contraria o interesse público e o espírito da Lei nº 14.133/2021**.

Assim, impõe-se a **reversão da inabilitação e o reconhecimento da plena habilitação técnica** da MEGAENERGY para prosseguir no certame.

V– DO PEDIDO

Diante do exposto, requer-se:

O recebimento e provimento deste Recurso Administrativo, com a consequente reforma da decisão que declarou a MEGAENERGY inabilitada, reconhecendo-se o cumprimento integral dos requisitos de qualificação técnica;

O reconhecimento da habilitação técnica da empresa e sua manutenção no certame;



Subsidiariamente, caso assim entenda a Comissão de Licitação, que seja concedido prazo razoável para apresentação de esclarecimentos ou complementação documental, nos termos do art. 64, §2º, da Lei nº 14.133/2021

VI – DOS REQUERIMENTOS FINAIS

Nestes termos,

Pede deferimento.

Crateús/CE, 13 de novembro de 2025



31.357.154/0001-69
MEGAENERGY ENERGIA SUSTENTÁVEL
E COMERCIO DE ELETRÔNICOS LTDA
R. ANÍSIO FROTA, 566
CIDADE NOVA - CEP 63.705.726
CRATEÚS - CE

